

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

11034 123  
P. 02**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: 87b75628-0e2c-4b79-a8e1-345338a95a01

Protocolo: Processo Requerimento Nº 011034/2023

Data: 27/04/2023 10:17:24

Origem: VISIONARIA COMERCIO E SERV EM GERAL LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*Contato: VISIONARIA COMERCIO E SERV EM GERAL LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Protocolador: ANA LUCIA OSORIO TEIXEIRA

Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS

Detalhamento: RECURSO

**HISTÓRICO DAS ATIVIDADES**

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OSORIO TEIXEIRA 27/04/2023 10:17:41	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

**RECURSO :**

ILMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO.

Ref.: Pregão nº 36/2023

**INTERPOSIÇÃO DE RECURSO:**

A empresa VISIONÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.211.999/0001-92, vem tempestiva e respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, interpor o presente recurso administrativo, em face da RECUSA da proposta para o item 1 - CAFÉ EM PÓ HOMOGÊNEO.

**DAS RAZÕES**

Trata-se de recurso impetrado pela recorrente com a finalidade de reformar o julgamento que culminou na nossa recusa. As decisões mencionadas acima foram tomadas de forma equivocada, por este motivo, conforme demonstraremos a seguir, a demanda merece ser julgada procedente, requerendo para tanto o que se segue:

Inicialmente, informamos que estávamos melhores classificados para os dois itens, tendo a cota reservada quando da cota principal.

ITEM 1-VALOR R\$ 13,95  
ITEM 2- VALOR R\$ 12,95

Pregoeiro fala: 04.04.2023 às 15:50:29.

"Para VISIONARIA COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA - Sr. Licitante, no item 001 o melhor valor ofertado foi de R\$ 13,95, no item 002 o melhor valor ofertado foi de R\$ 12,95, entretanto conforme o edital: Se a mesma empresa vencer a cota principal e a cota reservada a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor valor".

Licitante fala: 04.04.2023 às 15:54:42.

"SENHOR, PREGOEIRO, EXISTE A POSSIBILIDADE DE DESCARTAR O LANCE EFETUADO NO ITEM 2? POIS, OCORREU ERRO DE DIGITAÇÃO POR PARTE DO OPERADOR".

Pregoeiro fala: 04.04.2023 às 15:59:15.

"Para VISIONARIA COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA - Nesse caso as duas propostas só poderão ser aceitas pelo menor valor. Caso o valor de R\$ 12,95 não possa ser mantido a desclassificação se dará para os dois itens".

Seguindo a nossa resposta e a posição de Vossa senhoria, ou igualamos os valores com o menor preço ou seríamos desclassificados, no entanto fomos recusados nos dois itens partindo do princípio que não ofertamos o menor preço, porém fomos recusados e os dois itens foram aceitos e habilitados para a empresa F PEREIRA com os valores acima do nosso.

Valores nos itens da empresa F PEREIRA:

ITEM 1 - R\$ 14,50  
ITEM 2 - R\$ 14,50

Destacamos, que em momento algum pedimos declínio do item 1. Informamos no chat que ocorreu um erro de digitação no item 2 e com isso se tornou insustentável permanecer com a proposta.

No entanto, era de nosso interesse permanecer no item 1 no valor de R\$ 13,95, pois o preço estava dentro do esperado para os fornecimentos e honrar com a contratação.

Segundo os motivos de nossa recusa, teríamos que igualar para chegar no menor valor e assim essa Administração seguir com princípio da economicidade e da proposta mais vantajosa, porém aconteceu justamente o contrário, pois seria mais cabível essa Administração nos recusar no item 2 e permanecer com nossa proposta no item 1, pois ofertamos o melhor preço, tanto para um quanto para o outro.

Salientamos, que não pedimos e não afirmamos que queríamos pedir declínio do item 1.

Informamos, que seria correto permanecer com a contratação mais vantajosa ao invés de simplesmente nos recusar no item 1, pois iríamos manter a proposta e essa Administração poderia seguir com o item 2 para a empresa F PEREIRA. No entanto, acabou sendo aceito e habilitado para a empresa F PEREIRA os dois itens com valores bem acima dos nossos.

11034/2015  
p. 15 01

Frisamos, que não pedimos declínio e que queremos manter a proposta para o item 1 com valor bem abaixo da empresa F PEREIRA.

Portanto, acreditamos que ocorreu um erro por parte dessa Administração, pois acabaram nos recusando sem motivos, para aceitar e habilitar outra empresa nos dois itens com valores que essa Administração terá mais onerosidade, sendo assim, contrariando os preceitos da economicidade.

Destacamos, que no Art. 48, inc.III, da LC n.º 123/06, não prevê a desclassificação nos dois itens, muito pelo contrário orienta que apenas empresas diferentes podem ofertar valores diferentes nos itens de ampla participação e cotas reservadas.

No entanto, o que ocorreu foi um fato diferente, pois tínhamos valores menores do que a empresa qualificada como vencedora no item 1 e não pedimos declínio, apenas informamos que o lance no item 2 foi digitado erroneamente.

Sendo, assim queremos informar que aconteceu na verdade um erro de comunicação e interpretação por ambas as partes, pois o nosso interesse era permanecer no item 1 e solicitar declínio no item 2, tendo em vista, que o valor do nosso lance não dava para permener.

Tendo esclarecido os fatos, solicitamos gentilmente que tornem a nossa recusa sem efeito e que possa compreender, que não pedimos declínio do referido item 1, sabemos que temos que igualar os valores, porém não queríamos apenas permanecer no item 2.

De qualquer forma seria melhor nos manter no item 1 com menor valor e convocar a empresa F PEREIRA apenas no item 2, pois essa Administração estaria seguindo com a contratação mais vantajosa.

## II-DA MANUTENÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA E DA PRESERVAÇÃO DO ERÁRIO

Prefacialmente, desde que não cause prejuízo à administração pública, uma empresa não pode ser RECUSA por conta de questões irrelevantes, como foi o ocorrido neste certame.

A Lei e o ato convocatório estabelecem certos requisitos como indispensáveis para a disputa. No mesmo sentido, a natureza vinculada da fase procedimental, sujeita-se ao disposto na lei e no edital.

O espírito normativo não pode ser desprezado ao analisar as exigências editalícias, principalmente para reduzir os tratamentos desconexos com os requisitos editalícios.

Na hermenêutica jurídica, o aplicador do direito deve se ater ao seu aspecto finalístico para saber o verdadeiro sentido e alcance da norma, e não meramente sua vontade pessoal, justamente para corrigir erro pretérito na redação do edital.

A Administração a princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666/93 impôs o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a comissão indicar, por ocasião do julgamento, algum critério diferente da vontade da lei.

Nesse diapasão, verificamos, mais uma vez,

Novamente, lembramos ao julgador que, não cabe a aplicação sua vontade pessoal, justamente para corrigir erro pretérito na redação do edital. Logo, requerer um documento não recepcionado pelo edital configura-se em uma violação ao Princípio do Instrumento Convocatório.

Nesta toada, Mister se faz ressaltar os artigos 82, 83 e 85, da Lei nº 8.666/93, aplicável ao caso, in verbis:

Art. 82. Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

Art. 83. Os crimes definidos nesta Lei, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.

Art. 85. As infrações penais previstas nesta Lei pertinem às licitações e aos contratos celebrados pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, e respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, e quaisquer outras entidades sob seu controle direto ou indireto.

Somam-se a esses, os demais dispositivos legais, já citados neste documento e que abordam o mesmo tema. De todo exposto, o mínimo necessário a ser feito diante desse imbróglio é que seja realizada uma revisão dos atos praticados e faça valer o que está previsto no edital e em todas as legislações já citadas.

Diante do caso concreto, a adoção do princípio do formalismo moderado e o saneamento de documentos inerentes à habilitação, importaria a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente no sistema até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, desmerecendo os princípios da isonomia, da legalidade, do julgamento objetivo e, sobretudo, da vinculação ao instrumento convocatório, assim como o caput do art. 41 da Lei nº 8.666/93, c/c o caput do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

Nesse norte, importante se faz consignar o seguinte trecho do Acórdão 1401/2014-TCU-Plenário:

"O valor a ser protegido é sempre o interesse público, o que, nas licitações, encontra-se materializado pela obtenção da melhor proposta."

Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Nota-se que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou

negativa de vigência do caput do art. 41 da lei 8.666/93 que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios.

Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016-Plenário)

Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

"Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências." (Acórdão 2302/2012-Plenário)

"O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa." (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)

Nessas hipóteses, a análise deve considerar a importância de cada princípio no caso concreto, e realizar a ponderação entre eles a fim de determinar qual prevalecerá, sem perder de vista os aspectos normativos. Por esse motivo, as soluções não respeitam fórmulas prontas, podendo variar de um caso para outro.

Na mesma vertente caminha o Supremo Tribunal Federal, consoante as palavras do Excelentíssimo Ministro Sepúlveda Pertence, observe:

"Se de fato o edital e a 'lei interna' da licitação, deve-se abordá-lo frente ao caso concreto tal qual toda norma emanada do Poder Legislativo, interpretando-o à luz do bom senso e da razoabilidade, a fim de que seja alcançado seu objetivo, nunca se esgotando na literalidade de suas prescrições. Assim, a vinculação ao instrumento editalício deve ser entendida sempre de forma a assegurar o atendimento do interesse público, repudiando-se que se sobreponham formalismos desarrazoados. Não fosse assim, não seriam admitidos nem mesmos os vícios sanáveis, os quais, em algum ponto, sempre traduzem a infringência a alguma diretriz estabelecida pelo edital." (RMS 23.714/DF, 1ª Turma, publicado no DJ em 13/10/2000) [Destacamos]

Bem destaca os contornos do princípio do formalismo Marçal Justen Filho, ao aduzir que:

"Significa que o critério para decisão de cada fase deve ser a vantagem da Administração. Isso acarreta a irrelevância do puro e simples 'formalismo' do procedimento. Não se cumpre a lei através do mero ritualismo dos atos. O formalismo do procedimento licitatório encontra o conteúdo na seleção da proposta mais vantajosa. Assim, a série formal de atos se estrutura e se orienta pelo fim objetivado. Ademais, será nulo o procedimento licitatório quando qualquer fase não for concretamente orientada para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração". [Grifamos] (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a lei de licitações e contratos administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010. ps. 65/66 e 77/78)

Na mesma esteira, e a posição do Tribunal de Contas da União, conforme se infere do seguinte julgado:

"f) o princípio da vinculação ao instrumento convocatório deve ser analisado com cautela, sob pena da perpetuação de 'excessos' e de 'rigorismo formal'; g) cita que, segundo o Prof. Lucas Rocha Furtado, 'O princípio da vinculação ao instrumento convocatório não significa, no entanto, obrigar o administrador a adotar formalidades excessivas ou desnecessárias'. E mais, 'deve o Administrador usar seu poder discricionário - nunca arbitrário - e a sua capacidade de interpretação para buscar melhores soluções para a Administração Pública'; (...)

j) como lembra, nesse mesmo diapasão foi o julgamento do Mandado de Segurança nº 5.418/DF, DJU de 01/06/1998, verbis 'Direito Público. Mandado de Segurança. Procedimento licitatório. Vinculação ao edital. Interpretação das cláusulas do instrumento convocatório pelo judiciário, fixando-se o sentido e o alcance de cada uma delas e escoimando exigências desnecessárias e de excessivo rigor prejudiciais ao interesse público ..."

O mestre Celso Antônio Bandeira de Mello nos diz que princípio é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele. O que é a seleção da proposta mais vantajosa, senão um mandamento das licitações públicas, servindo de base para a escolha do comprador público.

Sendo assim, vantajosidade - ou simplesmente vantagem - é conceito jurídico amplo, não obstante entendemos que só será considerada vantajosa para a Administração a proposta em que se observe, no mínimo, se esta:

(a) é, se possível, a de menor custo: a proposta deverá ser, preferencialmente, a menos onerosa aos cofres públicos, sendo que o custo envolve não só a aquisição/contratação, mas também o da manutenção, treinamento, desfazimento do bem, etc.;

(b) terá eficácia: no caso de contratação de serviços, a proposta deve possuir os requisitos mínimos de exequibilidade e, também nos casos de aquisição de material, atender a necessidade do órgão/setor requisitante, além de obedecer aos demais critérios exigidos no instrumento convocatório;

(c) atende aos critérios de qualidade: no detalhamento da proposta deve ser verificado se atenderá os padrões mínimos de qualidade, seja na prestação de um serviço ou no fornecimento de um material;

(d) promove o desenvolvimento nacional sustentável: as propostas que impulsionam o desenvolvimento nacional sustentável terão preferência sobre as demais.

Posto isso, em homenagem aos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, e em consonância com o artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, requer a Vossa Senhoria que reforme a decisão de inabilitação/desclassificação desta empresa.

#### I. DOS REQUERIMENTOS

ISSO POSTO, diante das considerações acima expendidas, requer o recebimento deste RECURSO ADMINISTRATIVO, e conseqüentemente, julgamento procedente in totum dos pedidos infra relacionados:

a) Requer, que Vossa Senhoria, em homenagem aos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, e em consonância com o artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, torne sem efeito a nossa recusa para o item 1, pois não solicitamos a desclassificação do referido item.

Pede deferimento.

Rio de Janeiro - RJ, 26 de abril de 2023.

Ana Paula Marques Geraldo

VISIONARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

CNPJ nº 09.211.999/0001-92

Fechar



33.2.0800904-1

Sociedade empresária limitada

**Empresa de Pequeno Porte**

Processo Nº: 11.034/22

00-2019/023909

Fls: 06

Recebido em 16/01/2019

## JUCERJA

**Último arquivamento:**

00002341284 - 18/06/2012

NIRE: 33.2.0800904-1

VISIONÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

**Boleto(s):** 102939776

Hash: C18CF614-EAE9-41E4-9C34-AF3D55296C1D

Orgão	Calculado	Pago
Junta	202,00	202,00
DNRC	21,00	21,00

Name \_\_\_\_\_

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

**VISIONÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA**

Código Ato

## Eventos

002	Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
	022	1	Alteração / Alteração de Dados e de Nome Empresarial
	xxx	xx	xxx
	xxx	xx	xxx
	xxx	xx	xxx
	xxx	xx	xxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR VALÉRIA GASPAR MASSENA SERRA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 17/01/2019 e arquivado em 17/01/2019

  
Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2019/023909-3

Nº de Páginas	Capa Nº Páginas
---------------	-----------------

8

1/3

**Observação:**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: SHEKINAH 140 LANCHES LTDA EPP

Nome: SHERINAH 148 LANCHES EDOE EPI  
Nome Novo: VISIONÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

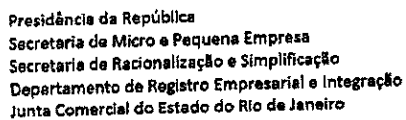
NOME NOVO: VISIONARIA COMERCIO E SERVIÇOS EM SERVICOS EDA  
NIRE: 332 0800904-1 Protocolo: 00-2019/023909-3 Data do protocolo: 16/01/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2019 SOB O NÚMERO 00003484618 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9480074FCD3952FFF295BBF66392CD893CB1480702B921F08B1165C650D56F84

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 1/8





NINE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0800904-1

**Tipo Jurídico**

**Sociedade empresária limitada**

**Porte Empresarial**

**Empresa de Pequeno Porte**

**Nº do Protocolo**

Processo Nº: 11034/22  
Rubrica: e Fls: 07

00-2019/023909-3

16/01/2019 - 15:21:35

**JUCERJA**

**Último Arquivamento:**

00002341284 - 18/06/2012

NIRE: 33.2.0800904-1

SHEKINAH 140 LANCHES LTDA EPP

Boleto(s): 102939776

Hash: C18CE614-EAE9-41E4-9C34-AF3D55296C1D

Órgão	Calculado	Pago
Junta	202,00	202,00
DREI	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SHEKINAH 140 LANCHES LTDA EPP**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Representante legal da empresa

Local	Nome:	Solange Alves de Souza
	Assinatura:	Solange Alves de Souza
	Telefone de contato:	32 11-8043
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	15/01/2019
	Data da 1ª entrada:	



00-2019/023909-3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: SHEKINAH 140 LANCHES LTDA EPP

Nome: SHEKINAH 140 LANCHES LTDA EPP  
Nome Novo: VISIONÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

Nome Novo: VISIONARIA COMERCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA  
NIRE: 332.0800904-1 Protocolo: 00-2019/023909-3 Data do protocolo: 16/01/2019

NIRE: 332.0800904-1 Protocolo: 00-2019/023909-3 Data do protocolo: 17/01/2019  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2019 SOB O NÚMERO 00003484618 e demais constantes do termo de  
autenticação.

Autenticação: 9480074FCD3952FFF295BBF66392CD893CB1480702B921F08B1165C650D56F84

Autenticação: 9480074FCD3952FFF295BBF66392CD893CB1480702B921F08B1165C650D55F84  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page. 2/8



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL  
SHEKINAH 140 LANCHES LTDA**

**ANA CLAUDIA MARQUES GERALDO**, brasileira, solteira, natural do Rio de Janeiro, empresária, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Olímpia Esteves, 111 Bloco 1 aptº. 104 – Padre Miguel/RJ Cep: 21775-000, portadora da carteira de identidade n.º 09186409-0, expedida pela IFP/RJ, inscrita no CPF sob o n.º 025.579.307-33,

**MARCIO VANCLER AUGUSTO GERALDO**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade n.º 011104974-8 expedida pelo Ministério do Exército, inscrito no CPF sob o n.º 020.896.637-40, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Ibitiúva, n.º 293 – Padre Miguel/RJ CEP: 21751-400

únicos sócios da sociedade empresarial limitada

**SHEKINAH 140 LANCHES LTDA-EPP**, sediada nesta cidade na Rua Fonseca, n.º. 240 Loja A - Bangu/RJ – Cep: 21820-005, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o n.º 3320800904-1, por despacho de 23/11/2007 e última alteração depositada no mesmo departamento sob o n.º 00002341284 em 18/06/2012, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 09.211.999/0001-92,

têm justos e contratados alterar a referida sociedade mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** A sócia acima qualificada **ANA CLAUDIA MARQUES GERALDO**, cede e transfere 50% (cinquenta por cento), ou seja R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), inteiramente livres e desembaraçadas de todo e quaisquer ônus para a nova sócia:

**ANA PAULA MARQUES GERALDO**, brasileira, natural do Rio de Janeiro, solteira, empresária, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Ibitiúva, n.º 283 – Padre Miguel – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 21715-400, portadora da carteira de identidade n.º. 07833777-1, expedida pelo IFP, inscrita no CPF sob o n.º. 006.039.187-19

do qual a cedente recebe neste ato, em pagamento das cotas ora cedidas, a quantia de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em dinheiro, moeda corrente do País dando pela presente plena, rasa, geral e irrevogável quitação para nada mais reclamar em tempo algum.

**CLAUSULA SEGUNDA:** A sociedade resolve alterar seu endereço para: Rua Capitão Félix n.º. 110 – Pav. 2 Loj 20 Rua 3 Bloco D – CADEG - Benfica – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20920-310.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Em virtude da cessão constante da cláusula anterior fica o capital social distribuído entre os sócios como segue:

ANA PAULA MARQUES GERALDO	50%	40.000 cotas	R\$ 40.000,00
MARCIO VANCLER AUGUSTO GERALDO	50%	40.000 cotas	R\$ 40.000,00
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>80.000 cotas</b>	<b>R\$ 80.000,00</b>

**CLAUSULA QUARTA:** Os sócios decidem alterar a razão social da empresa para **VISIONÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA**.

**CLAUSULA QUINTA:** A atividade explorada pela empresa passa a ser:

COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL (CNAE: 46.39-7/01)  
COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR (CNAE: 46.49-4/08)  
COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA (CNAE: 46.51-6/02)  
COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (CNAE: 46.51-6/01)

Continua...

Continuação....

COMÉRCIO POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES (CNAE: 45.30-7/01)  
 OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO (CNAE: 43.30-4/99)  
 COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO (CNAE: 46.41-9/02)  
 COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA (CNAE: 46.47-8/01)  
 COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL (CNAE: 46.79-6/99)  
 SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS (CNAE: 82.30-0/01)  
 INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO (CNAE: 43.22-3/02)  
 SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES – BUFÊ (CNAE: 56.20-1/02)  
 ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS (CNAE: 77.33-1/00)  
 SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CNAE: 62.09-1/00)

**CLAUSULA SEXTA:** Resolvem os sócios consolidar o Contrato Social da sociedade, de modo a refletir as deliberações acima tomadas, o qual passará a vigorar com a redação a seguir:

### **CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**CLAUSULA PRIMEIRA:** O capital social é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), dividido em 80.000,00 (oitenta mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já totalmente subscrito pelos sócios, na proporção de suas quotas de capital e já totalmente integralizado, em moeda corrente do País, o qual fica distribuído entre os sócios como segue:

ANA PAULA MARQUES GERALDO	50%	40.000 cotas	R\$ 40.000,00
MARCIO VANCLER AUGUSTO GERALDO	50%	40.000 cotas	R\$ 40.000,00
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>80.000 cotas</b>	<b>R\$ 80.000,00</b>

**Parágrafo único:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLAUSULA SEGUNDA:** A sociedade utiliza a denominação social de VISIONÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.

**CLAUSULA TERCEIRA:** A sede da sociedade fica nesta cidade na Rua Capitão Felix nº. 110 – Pav. 2 Loja 20 Rua 3 Bloco D – CADEG - Benfica – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20920-310.

**CLAUSULA QUARTA:** A duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

**CLAUSULA QUINTA:** A sociedade explora os ramos de negócio:

COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL (CNAE: 46.39-7/01)  
 COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR (CNAE: 46.49-4/08)  
 COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA (CNAE: 46.51-6/02)  
 COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (CNAE: 46.51-6/01)  
 COMÉRCIO POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES (CNAE: 45.30-7/01)  
 OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO (CNAE: 43.30-4/99)  
 COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO (CNAE: 46.41-9/02)  
 COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA (CNAE: 46.47-8/01)

Continua....

Rua Camerino, 128 Gr. 402 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.080-010  
 Tel.: +55 (21) 3211.8000

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: SHEKINAH 140 LANCHES LTDA EPP

Nome Novo: VISIONÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

NIRE: 332.0800904-1 Protocolo: 00-2019/023909-3 Data do protocolo: 16/01/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2019 SOB O NÚMERO 00003484618 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9480074FCD3952FFF295BBF66392CD893CB1480702B921F08B1165C650D56F84

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 4/8





**Roberto Campos**

Contabilidade

Continuação...

COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL (CNAE: 46.79-6/99)  
 SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS (CNAE: 82.30-0/01)  
 INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO (CNAE: 43.22-3/02)  
 SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES – BUFÊ (CNAE: 56.20-1/02)  
 ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS (CNAE: 77.33-1/00)  
 SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CNAE: 62.09-1/00)

**CLAUSULA SEXTA:** As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**CLAUSULA SÉTIMA:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social de conformidade com o artigo 1052 da lei 10.406/2002.

**CLAUSULA OITAVA:** A administração da Sociedade caberá a sócia **ANA PAULA MARQUES GERALDO**, com os poderes e atribuições de sócia gerente autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização do outro sócio.

**CLAUSULA NONA:** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apuradas.

**CLAUSULA DÉCIMA:** Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Falecendo ou tornando-se interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores, ou com os sócios remanescentes, desde que sejam respeitados os termos da resolução do CFC 868/99. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data de ocorrência do evento, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo único:** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade decida em relação a seus sócios.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:** Este Instrumento Contratual, será regido pela lei 10.406/2002, tendo como regência supletiva as Normas Regimentais da Sociedade Anônima Lei 6.406/76.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA:** Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Continua....

Rua Camerino, 128 Gr. 402 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.080-010  
 Tel.: +55 (21) 3211.8000

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: SHEKINAH 140 LANCHES LTDA EPP

Nome Novo: VISIONÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

NIRE: 332.0800904-1 Protocolo: 00-2019/023909-3 Data do protocolo: 16/01/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2019 SOB O NÚMERO 00003484618 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9480074PCD3952FFF295BBF66392CD893CB1480702B921F08B1165C650D56F84

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 5/8



Roberto  
Campos

Contabilidade

Continuação....

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente documento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo declaradas, o qual será válido por si, seus herdeiros e sucessores, ficando uma das vias arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

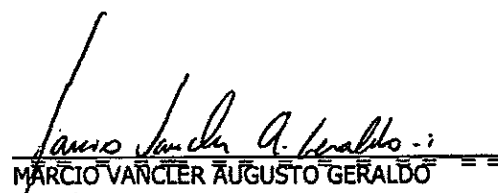
Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2018.

  
ANA CLAUDIA MARQUES GERALDO

ESPAÇO RESERVADO PARA

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AC489788  
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021  
RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE A(S) FIRMA(S) DE  
ANA CLAUDIA MARQUES GERALDO  
Valor total: 7,82  
Rio de Janeiro, 29/11/2018. RODRIGO DE FREITAS  
ECVN28310-DFR  
Consulte em <https://www3.tir.jus.br/sitepublico>

OFÍCIO NOTARIAL  
Rodrigo de Freitas Ribeiro  
Escritório Autenticado  
Mat.: 6017212

  
MARCIO VANCLEER AUGUSTO GERALDO

ESPAÇO RESERVADO PARA

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AC489788  
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021  
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE  
MARCIO VANCLEER AUGUSTO GERALDO  
Valor total: 7,61  
Rio de Janeiro, 29/11/2018. RODRIGO DE FREITAS  
ECVN28312-XRS  
Consulte em <https://www3.tir.jus.br/sitepublico>


OFÍCIO NOTARIAL  
Rodrigo de Freitas Ribeiro  
Escritório Autenticado  
Mat.: 6017212


CARTÓRIO 37

  
ANA PAULA MARQUES MARQUES GERALDO

ESPAÇO RESERVADO PARA O RECONHECIMENTO DE FIRMAS

#### TESTEMUNHAS:

  
Nome: Solange Alves de Souza  
CPF: 087.337.207-70

  
Nome: Edleuza Barros da Silva  
CPF: 006.340.437-06

Rua Camerino, 128 Gr. 402 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.080-010  
Tel.: +55 (21) 3211.8000

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: SHEKINAH 140 LANCHES LTDA EPP

Nome Novo: VISIONÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

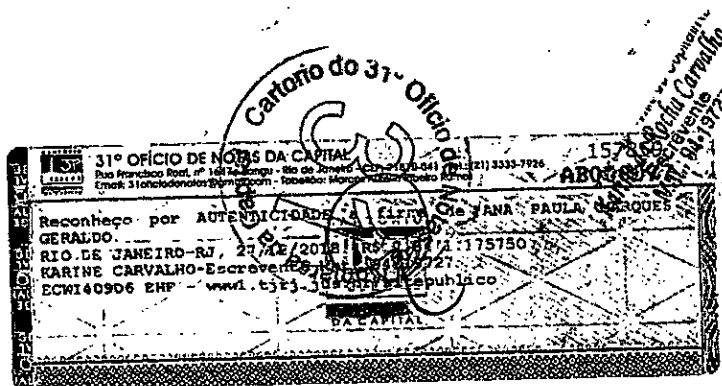
NIRE: 332.0800904-1 Protocolo: 00-2019/023909-3 Data do protocolo: 16/01/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2019 SOB O NÚMERO 00003484618 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9480074FCD3952FFF295BBF66392CD893CB1480702B921F08B1165C650D56F84

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/8





Nome: SHEKINAH 140 LANCHES LTDA EPP



Processo Nº: 11034/23
Rubrica e Fls: 13



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

## PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
RJP1800233549

### 01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) <b>VISIONARIA COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA</b>	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ <b>09.211.999/0001-92</b>
--	--

### 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

211 Alteracao de endereco dentro do mesmo municipio  
220 Alteracao do nome empresarial (firma ou denominacao)  
244 Alteracao de atividades economicas (principal e secundarias)  
202 Alteracao da pessoa fisica responsavel perante o CNPJ  
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: RJ16664688 - 09211999000192

### 03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME <b>ANA PAULA MARQUES GERALDO</b>	CPF <b>006.039.187-19</b>
LOCAL	DATA <b>10/01/2019</b>

### 04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 006.340.437-06

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.634, de 06 de maio de 2016

Imprimir





CARTEIRA DE IDENTIDADE	
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA DEFESA <b>EXÉRCITO BRASILEIRO</b> <small>SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DO EXÉRCITO</small> <small>1a. Div. de Ident. - 16.º Reg. - 115.º 29.º 29.º 29.º</small>	
011104974-8	(09 Jun 93)
A. POS. SIM	DOADOS DE COMIDAS E TRAJES
020 896 037-40	INDETERMINADA 14-2339257
MARCIO VANCLER AUGUSTO GERALDO Capitão Intendente <i>Marcio Vancler A. Geraldo</i>	
REPÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL DEC. 34.155 DE 12 Out 33	

VANCLER AUGUSTO GERALDO	
DEOLINDA MARQUES CORREA <small>1a. Div. de Ident. - 16.º Reg. - 115.º 29.º 29.º 29.º</small>	
RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL - 11 Dez 73	D.O.U. 23 Dez 83
XXX-1819.401.072-7	V-4343 / V-4242
00257884885	87733080388
Reg. Cos. n.º 41463, Cart. 7.º Zu, 14.º Cúrc. do Rio de Janeiro-RJ, Lv. SE 0135, Fl. 263, Exp. 15.08.01.	
Rio de Janeiro - RJ, 27 Mai 2004.	
LINDOMAR COSTA DE ANDRADE - 1.º TM	



**Comissão de Pregão I**

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2023.

Processo Licitatório nº: 3.982/2023

Processo Recurso nº: 11.034/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2023

OBJETO: O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição, sob demanda, de CAFÉ E LEITE - ITENS FRUSTRADOS, para atender às necessidades do Almoxarifado Central, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste edital.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa VISIONÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 09.211.999/0001-92, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 11.034/2023.

**I. DAS PRELIMINARES**



**Comissão de Pregão I**

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 26/04/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 3.982/2023, a empresa VISIONÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA, manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 a 5.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE**

A empresa VISIONÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA alega que não foi solicitado o declínio quanto ao item 1, sendo de seu interesse permanecer no item 1 no valor de R\$ 13,95, pois o preço estava dentro do esperado para os fornecimentos.

Posto isso, em homenagem aos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, e em consonância com o artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, requer a Vossa Senhoria que reforme a decisão de inabilitação/desclassificação desta empresa.

**III. DAS CONTRARRAZÕES**

Não foram apresentadas contrarrazões.

**IV. DOS PEDIDOS**





**Comissão de Pregão I**

ISSO POSTO, diante das considerações acima expendidas, requer o recebimento deste RECURSO ADMINISTRATIVO, e conseqüentemente, julgamento procedente *in totum* dos pedidos infra relacionados:

a) Requer, que Vossa Senhoria, em homenagem aos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, e em consonância com o artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, torne sem efeito a nossa recusa para o item 1, pois não foi solicitada a desclassificação do referido item.

**V. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO**

Diante do exposto e baseado no princípio da autotutela e reconhecendo que a aplicação do item: "13.17.6 "Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço." do edital sem a oportunidade da apresentação de propostas, laudos e amostras foi equivocada.

Deste modo, recomendo a volta do item à fase de julgamento.

**IV. DA DECISÃO DO PREGOEIRO**


Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa VISIONÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 036/2023, e no mérito, DOU PROVIMENTO.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 11.034/2023

RUBRICA:  FOLHA: 19

**Comissão de Pregão I**

Segue o mesmo para ciência e de acordo da autoridade superior, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 036/2023.

Nova Friburgo, 08 de maio de 2023.

Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro - Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934

De acordo,  
a PGM.

N.F. 30/05/2023

Gabriel Wenderroschy  
SECRETÁRIO DE  
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
Mat. 62.775 - PMNI



Processo: 11034/2023

Recorrente: Visionária Comércio e Serviços em Geral Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 036 de 2023 - Processo Licitatório n. 3982/2023

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

## I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente em face da recusa da sua proposta para o item 1 nos autos do Pregão Eletrônico n. 036 de 2023 - Processo Licitatório n. 3982/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de café e leite para atender ao Almoxarifado Central.

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal (fls. 03/05) que estava como melhor classificada para os dois itens, no valor de R\$ 13,95 para o item 1 e R\$ 12,95 para o item 2, e em momento algum pediu declínio do item 1, tendo informado no *chat* que ocorreu um erro de digitação no item 2 e que teria interesse em permanecer no item 1, pois o valor estava dentro do esperado para os fornecimentos, contudo, sua proposta para o item 1 foi recusada, tendo sido aceita a proposta da empresa *F Pereira* para ambos os itens com valores superiores.

Por fim, requer o provimento do recurso para que seja tornada sem efeito a recusa, diante do erro de comunicação e interpretação ocorrido, mantendo a sua proposta no item 1 como menor valor e convocada a empresa *F. Pereira* apenas para o item 2.

A Comissão de Pregão I, em decisão de fls. 16/19, recebeu o recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade e, no mérito, deu provimento, com fundamento no princípio da autotutela e *“reconhecendo que a aplicação do item: “13.17.6 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço” do edital sem a oportunidade da apresentação de propostas, laudos e amostras foi equivocada”*, (sic) recomendando a volta do item à fase de julgamento e encaminhando os autos à autoridade superior para decisão.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística após o seu “de acordo” ao final da folha 19, encaminhando os autos a esta Procuradoria-Geral.

É o relatório.

## II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

h.  
1



*Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

***I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:***

*a) habilitação ou inabilitação do licitante;*

***b) julgamento das propostas;***

*c) anulação ou revogação da licitação;*

*d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*

*e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;*

*e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;*

*f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;*

*[...]*

***§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.” (sem grifos no original)***

O recurso apresentado pela recorrente é aquele previsto no inciso I, chamado pela doutrina de recurso hierárquico, o qual, segundo Diogenes Gasparini, é o “*meio adequado para o superior rever o ato, decisão ou comportamento de seu subordinado, especialmente da comissão de licitação, quando devidamente interposto*”. (cf. in Direito Administrativo, 13ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008, p. 684).

Conforme dispõe o §4º do art. 109 da Lei de Licitações acima transcrito, após a apresentação do recurso, deverá a Comissão de Licitação analisar todas as peças e proceder à reconsideração de seus atos, se assim julgar pertinente, ou à remessa à autoridade superior competente caso mantenha sua decisão inicial (art. 109, § 4º da Lei de Licitações).

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado.

*da*



O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

*“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:*

*[...]*

*IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;*”

*“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:*

*[...]*

*VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão”;*

Como se pode ver, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Por sua vez, o subitem 21.8 do edital assim dispõe:

*“Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal”.*

Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que a Procuradoria poderá ser instada a emitir parecer, em caso de necessidade de pronunciamento de cunho jurídico, e a Secretaria Requisitante decidirá o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.

No caso dos autos, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão acolheu o recurso, o que, na verdade, nem ensejaria a necessidade de remessa do recurso à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Ainda assim, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística concordou com o provimento do recurso.

Examinando os autos, verifica-se que os itens 1 e 2 têm objeto idêntico, tendo sido divididos apenas em cota principal e cota reservada.

O subitem 13.17.6 do Edital estabelece o seguinte:

*“Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço”.*

A.

3



Se a recorrente ofertou o menor preço para o item 1 (cota principal), e se tratando de item idêntico, poderia adjudicar o item 2 (cota reservada) com o mesmo valor.

Tendo ocorrido erro de digitação na proposta para o item 2 (cota reservada), s.m.j., cabe ao Pregoeiro a análise da possibilidade de saneamento, na forma do que dispõe o subitem 13.6 do Edital:

*“No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação”.*

O pregoeiro é responsável pela condução da sessão de julgamento, tendo a legislação lhe atribuído poderes autônomos para julgar e decidir sobre as propostas e habilitação das licitantes, inclusive com a possibilidade de promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução processual e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

No mais, o art. 2º, §2º, do Decreto 10.024/2019, que reproduziu o mesmo texto do art. 4º, parágrafo único, do Decreto 3.555/2000, assim dispôs:

*§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. (sem grifos no original)*

O TCU já assentou, inclusive, que é indevida a desclassificação de licitantes em razão da ausência de informações na proposta que possam ser supridas pela diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei de Licitações<sup>1</sup>, bem como já determinou a certo ente que se **abstivesse de inabilitar empresas e/ou desclassificar propostas quando a dúvida, o erro ou a omissão pudessem ser saneados, nos casos em que não importasse prejuízo ao interesse público e/ou aos demais participantes**<sup>2</sup>.

Veja-se o teor do Acórdão n. 1.211/2021-TCU-Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, de 26.05.2021:

*“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO*

<sup>1</sup> TCU. Acórdão 1170/2013-Plenário, Relatora Ministra Ana Arraes, 15.5.2013 - info 151.

<sup>2</sup> TCU - Acórdão nº 2.231/2006 - 2ª Câmara.



*JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro". (sem grifos no original)*

Neste prumo, vale transcrever as lições de Lucas Rocha Furtado<sup>3</sup>, representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União:

*A desclassificação de uma proposta pode ter dois fundamentos básicos: vícios formais e preço. O primeiro fundamento, indicado no art. 48, I, da Lei nº 8.666/93, suscita algumas dúvidas porque desconformidades insignificantes entre as propostas e o edital não devem dar causa à desclassificação. A desconformidade ensejadora da desclassificação de uma proposta deve ser substancial e lesiva à Administração ou aos outros licitantes. É preferível admitir proposta com vícios formais de apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por rigorismo formal e incompatível com o caráter competitivo da licitação. (sem grifos no original)*

De acordo com o referido autor, embora se presuma que determinados requisitos impostos pelo edital são relevantes, o rigor em sua exigência não deve ser aplicado de forma a prejudicar a própria administração.

Conclui-se, portanto, que a doutrina e a jurisprudência entendem pela possibilidade de aceitação de propostas eivadas de vícios que sejam sanáveis, o que, s.m.j., enseja a necessidade de provimento do recurso em tela.

<sup>3</sup> FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Licitações e contratos administrativos. São Paulo: Fórum. 2007. P. 255.



Tendo a Comissão de Pregão I dado provimento ao recurso, cuja análise é de sua competência, não cabe a esta assessoria se imiscuir no julgamento e condução da sessão pelo pregoeiro, salvo erro grosseiro ou patente ilegalidade jurídica, o que não se configura no caso dos autos.

### III - DA CONCLUSÃO


Pelo exposto, **opina-se pelo retorno dos autos à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística** para ciência e posterior envio à Comissão de Pregão I para ciência e adoção das providências de sua competência.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 11 de maio de 2023.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico  
de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

  
CARLOS EDUARDO VILA NOVA DA SILVA  
Suprocurador de Processos Administrativos  
MATRÍCULA: 83.567